

Cachoeiro de Itapemirim, 05 de abril de 2024

Comunicado: 011/2024

EDITAL DE TRANSAÇÃO POR ADESAO Nº 01/2024 – PROGRAMA LITÍGIO ZERO

Às Empresas Associadas,

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ROCHAS ORNAMENTAIS CAL E CALCÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SINDIROCHAS, por meio de sua assessoria jurídica, comunica que o Governo Federal reabriu o prazo do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) ou simplesmente "Litígio Zero", que prevê a possibilidade de renegociação de dívidas federais, por meio da publicação do [Edital de Transação por Adesão nº 01/2024](#).

1. As condições preliminares.

O supracitado Edital de Transação torna pública a proposta de transação para adesão ao Programa Litígio Zero 2024 e foi publicado prevendo a possibilidade de redução de juros, multas e encargos legais dos débitos de natureza tributária em contencioso administrativo no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, cujo valor não supere R\$ 50 milhões de reais.

2. As condições para Adesão ao Programa Litígio Zero 2024.

Os créditos tributários classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação (definidos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) poderão ser negociados da seguinte forma:

- a)** com redução de até 100% do valor dos juros, multas e encargos legais, observado o limite de até 65% do total do débito transacionado, mediante o pagamento de entrada de valor equivalente a 10% do valor consolidado da dívida, após descontos, pagos em até 5 prestações, e o restante em até 115 parcelas.
- b)** Está previsto também que o contribuinte pode utilizar créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, conforme requisitos previstos na legislação de regência, para tanto, o contribuinte deverá realizar o pagamento em dinheiro de, no mínimo, 10% do saldo devedor em até 5 prestações e o restante com o uso dos créditos, apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada, e o saldo residual em até 36 prestações.

Para os créditos tributários classificados como (i) alta ou (ii) média perspectiva de recuperação, não há previsão de redução e o pagamento destes débitos poderá ocorrer das seguintes

maneiras:

- a)** Pagamento de, no mínimo, 30% do valor consolidado do débito transacionado, em até 5 parcelas, e o restante do saldo devedor com uso de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2023, limitados a 70% da dívida após a entrada, e o saldo residual dividido em até 36 prestações;
- b)** Pagamento de entrada de 30% do valor consolidado da dívida, em até 5 parcelas, e o restante em até 115 prestações.

3. Os créditos até 60 salários-mínimos

Os créditos com valor de até 60 salários-mínimos e que tenham como sujeito passivo pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte, possuem condições específicas de redução e pagamento.

4. A rescisão da Transação.

Verificada a ocorrência de quaisquer das hipóteses de rescisão, o contribuinte terá conhecimento das razões determinantes e poderá regularizar o vício, se sanável, ou apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da notificação, preservada a transação, em todos os seus termos, durante esse período.

5. O prazo de Adesão.

A adesão à transação poderá ser feita a partir do dia 01 de abril de 2024 até 31 de julho de 2024, e implicará na desistência, por parte do contribuinte, do litígio instaurado e renúncia às alegações de direito sobre as quais tenha fundamentado sua defesa. Adesões à transação implicam manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens e demais garantias prestadas administrativamente.

O associado deve estar atento a todos os requisitos e condições previstos no Edital de Transação por Adesão nº 01/2024 e demais normas atinentes a transação tributária federal.

Por fim, a assessoria jurídica do Sindirochas, por intermédio do escritório David & Athayde Advogados, encontra-se à disposição de todos os associados para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir, por intermédio dos e-mails rogerio@da.adv.br (Dr. Rogério David) e daniel@da.adv.br (Dr. Daniel Soares) pelo telefone (27) 9881-69279.

Atenciosamente,